



PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL

HELENA FREITAS

"O CAPITAL NATURAL É O CAPITAL DO SÉCULO XXI"

A professora da Universidade de Coimbra defende que o capital natural deve estar no centro da economia e das políticas públicas. Para isso, é essencial reconhecer o valor dos serviços dos ecossistemas e criar instrumentos que promovam a sua preservação de forma integrada e eficaz.

Francisco de Almeida Fernandes

Professora catedrática da Universidade de Coimbra, investigadora e ex-coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Helena Freitas é uma das vozes mais atentas à urgência de integrar a natureza nas decisões económicas e políticas. Nesta entrevista ao Jornal de Negócios, aborda os desafios da valorização do capital natural e o papel crucial dos serviços dos ecossistemas na construção de um futuro sustentável.

Como é que olha para a forma como temos gerido o nosso capital natural?

O capital natural é o capital do século XXI. Sem dúvida de que há uma preocupação crescente em procurar soluções económicas que ponham a natureza no centro. Para isso, é essencial conhecermos bem o nosso capital natural, com ferramentas que permitam monitorizá-lo e garantir a sua qualidade e sustentabilidade. Não basta olhar para áreas protegidas, é preciso avaliar a qualidade dos ecossistemas e os serviços que prestam. Portugal chegou a atingir cerca de 20% do território consignado à conservação – uma média significativa. Mas faltaram modelos de governação eficazes e ferramentas de monitorização. Nos últimos 20 anos, a política de conservação tem sido frágil e inconstante. Além disso, há atividades económicas que entram em conflito com a conservação, como a agricultura e a floresta. Também a poluição dos solos e das águas tem sido esquecida, apesar da sua importância.

Falta-nos uma visão mais integrada?

Penso que há uma consciência crescente, também da população, sobre o valor do património natural e biocultural, incluindo práti-

cas culturais em risco de desaparecimento. Mas falta-nos uma visão integrada do capital natural. Continuamos presos à ideia de áreas protegidas, quando devíamos considerar a sustentabilidade dos ecossistemas e os serviços que prestam à economia. As políticas públicas continuam muito setorializadas. Falamos de agricultura, de política da água, mas falta articulação entre elas. A preservação do capital natural exige políticas públicas capazes de se interrelacionar.

Os serviços dos ecossistemas é uma ideia de que vamos falando há anos. O que está a falhar? O que podemos fazer?

Quando fizemos o Millennium Ecosystem Assessment, há 20 anos, já se falava nos serviços dos ecossistemas como ponte para integrar a natureza na economia. Mas ainda não tínhamos o quadro conceptual nem ferramentas suficientes. Só mais tarde surgiram modelos mais robustos que nos ajudam a avaliar melhor os serviços dos ecossistemas.

O desafio agora é transferir esta agenda para a economia. Os PRGP – Planos Regionais de Gestão do Património foram uma tentativa de implementar esta lógica em unidades territoriais de 30 a 40 mil hectares. Mas, mesmo com esses planos, falta capacidade de financiamento e incentivos para tornar os serviços de ecossistema operacionais.

Hoje, existe maior receptividade, tanto de decisores políticos como de empresas, para valorizar o capital natural. Mas é essencial que o Estado reconheça formalmente certos serviços dos ecossistemas e os integre nas políticas públicas – não só económicas, mas também sociais e culturais. Por exemplo, a discussão sobre compensações às regiões que fornecem água poderia ter sido muito mais eficaz se o Estado tivesse assumido

Data: 07.05.2025

Título: "O CAPITAL NATURAL É O CAPITAL DO SÉCULO XXI"

Pub: JORNAL DE **negócios**

SUPLEMENTO
ESPECIAL

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 166;167;168;169



D.R.

Área: 1460cm² / 39%

FOTO Tiragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 8110306

 PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL



Precisamos de criar mercados para os serviços dos ecossistemas, como já acontece com o carbono, mas isso só será possível se o Estado liderar esse processo.



esse papel. Precisamos de criar mercados para os serviços dos ecossistemas, como já acontece com o carbono, mas isso só será possível se o Estado liderar esse processo.

Que vantagens traria?

Se conseguirmos, enquanto Estado, definir e mapear os serviços de ecossistema, podemos tomar melhores decisões sobre, por exemplo, instalar ou não painéis fotovoltaicos ou intensificar práticas agrícolas. Isso permitiria criar mecanismos de compensação e incentivos adequados, mesmo que com projetos-piloto, como os antigos PRGP. Há territórios rurais que estão ávidos por soluções e onde não existem, no imediato, outras economias. A identificação dos serviços de ecossistema e a criação de incentivos para a sua preservação são uma forma de dinamizar essas zonas. Acredito que as empresas também têm interesse em participar nesse processo de regeneração.

O pensamento político beneficiaria se integrasse esta lógica dos serviços de ecossistema. É uma nova economia – do capital natural – que também se aplica à cidade, por exemplo, através de infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza. Já há uma percepção crescente, até entre engenheiros civis e especialistas em mobilidade, de que integrar a natureza traz soluções sustentáveis e eficazes.

Seria fundamental aumentar a literacia sobre esta economia dos serviços de ecossistema. Apesar de por vezes se acusar esta abordagem de financiarização da natureza, não se trata apenas de uma visão utilitarista. Estamos também a valorizar funções naturais que sempre existiram. Claro que é preciso cautela – por exemplo, ao dar visibilidade excessiva ao sequestro de carbono. Não é a única solução.

Importa valorizar também os serviços imateriais da natureza, que nos reconectam com ela. A saúde do ecossistema é a nossa saúde. Se olharmos para o capital natural com essa amplitude, percebemos que ele é um verdadeiro referencial de qualidade de vida e bem-estar.

Que papel têm os municípios e as comunidades locais? Há bons exemplos que possamos replicar?

Têm um papel importantíssimo. Um exemplo de que gosto muito é o da Câmara Municipal do Porto. Estive recentemente no Bioblitz, em Serralves, e o vice-presidente da Câmara falou do conceito "Porto-Cidade Esponja", em que o capital natural é usado para controlar cheias, melhorar a permeabilização dos solos e gerir melhor a água. É um planeamento urbano baseado nos serviços de ecossistema. Se os municípios aplicassem essa lógica nos seus planos diretores municipais, seria inteligentíssimo. Mesmo em territórios rurais, este planeamento pode ser altamente estratégico. Os serviços de ecossistema oferecem um quadro conceptual pertinente e com grande potencial para o futuro. Também gosto de usar a linguagem dos NCP – Nature's Contributions to People – que é mais inclusiva e integra valores humanos, afetivos e culturais. É um avanço conceptual em relação aos serviços de ecossistema, com uma visão mais próxima das pessoas e das comunidades. ●



As políticas públicas continuam muito setorizadas. Falamos de agricultura, de política da água, mas falta articulação entre elas.

Área: 1460cm² / 39%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 8110306

Data: 07.05.2025

Titulo: "O CAPITAL NATURAL É O CAPITAL DO SÉCULO XXI"

Pub: JORNAL DE **negócios**

SUPLEMENTO
ESPECIAL

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 166;167;168;169



Área: 1460cm² / 39%

FOTO Tiragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 8110306

D.R.